

EDIÇÃO FIDEDIGNA DAS *AQUARELAS II* DE MACHADO DE ASSIS

João Víctor Freitas*

Resumo

Este estudo apresenta três partes distintas. A primeira delas – **Edição das *Aquarelas II*** – é dedicada ao processo de estabelecimento das *Aquarelas II. O Parasita*, em particular, ao percurso histórico do texto. A segunda – **Critérios de edição** – apresenta as normas que foram adotadas para editar fidedignamente o texto. E a terceira, por fim – **Edição fidedigna das *Aquarelas II*** –, traz o texto editado e anotado.

I. Edição das *Aquarelas II*

Há vários tipos de edição de textos que o editor pode utilizar ao reproduzir um texto. Essa escolha vincula-se aos objetivos da edição, que devem ser previamente estabelecidos, em função do campo bibliográfico e do público-alvo a que se endereça o texto. Dito isso, o nosso objetivo, ao editar as **Aquarelas II** foi disponibilizar para leitores interessados na obra machadiana um *corpus* de relevante valor para estudos linguísticos e literários que se encontrava carente de edição fiel e anotada. Considerando essas considerações, o tipo de edição mais adequado ao estabelecimento dessas crônicas – as **Aquarelas II** são crônicas, e foram publicadas em duas partes distintas! – é, em nosso entendimento, a edição fidedigna, de cujas especificações tratamos a seguir.

Em reprodução de obras modernas, escritas depois do século XVI, situação em que se encontram os textos de Machado de Assis, Antônio Houaiss, que foi editor do ilustre escritor, diz:

EDIÇÕES CRÍTICAS E EDIÇÕES FIEIS — Nas condições das obras escritas depois do século XVI, é costume procurar-se uma distinção entre aquelas que devam ser editadas com fins extralinguísticos daquelas que o devam com fins linguísticos – compreendendo-se neste conceito (o que oponencialmente esclarece aquele) as obras que, ademais de sua mensagem conceitual e significativa, estética ou estritamente cognitiva, são editadas com rigor tal, que seus elementos

* Graduando em Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: joavictorfreitas@ufu.br.

constitutivos possam servir de fundamentação, exemplificação, abonação e sustentação de fatos linguísticos e de hipóteses, teorias e doutrinas filológicas. (HOUAISS, 1983, v. I, p. 273)

Dessa citação depreende-se que edições de textos modernos podem ser divididas em duas categorias distintas: a primeira se refere a edições com fins extralinguísticos, que apresentam um texto fiel, não necessariamente crítico, e que facilitam a leitura e o acesso de um público não especializado ao conteúdo da obra; a segunda categoria se refere a edições com fins linguísticos – aquelas em que o *corpus* do texto crítico pode ser colhido para abonação de fatos linguísticos. Da segunda categoria deriva a ideia de edição fidedigna – modalidade compatível com a realidade brasileira, e adotada por nós para editar as **Aquarelas II**.

Houaiss, ao discorrer sobre as características de textos fiéis e textos fidedignos de autores modernos, diz que:

Textos fiéis e textos fidedignos — Ora o texto crítico, o texto fiel, se caracteriza pelo processo de seu estabelecimento e de sua motivação: além da recensão, do estema, da colação, da interpretação, encerra o aparato crítico, sem falar da introdução, em que se fixam os critérios gerais e especiais, em havendo-os. Isso, além do rigor científico com que é de presumir seja feito, é trabalhoso, moroso e, pois, dispendioso. (HOUAISS, 1983, v. I, p. 274)

A edição crítica apresenta um conjunto de etapas e processos distintos – recensão, estema, colação, interpretação, aparato crítico e uma introdução ao texto estabelecido – com a finalidade de apresentar um texto cujos elementos constitutivos possam ser utilizados como abonação para hipóteses ou fatos linguístico-literários. O objetivo principal de uma edição desse tipo é restituir um texto à sua forma genuína, ou a que mais se aproxima dela. Desse modo, editar criticamente um texto é torná-lo acessível ao leitor livre de incorreções e acompanhado de notas filológicas e explicativas que permitam sua leitura e compreensão.

Há, porém, como aponta Houaiss, aspectos vários – sobretudo econômicos – que podem determinar a preparação de edições em que a totalidade das normas não seja acatada. Em tais casos, uma opção viável é preparar um texto fidedigno. Entende-se por edição fidedigna:

Tal texto idôneo, fidedigno – não propriamente crítico –, deve basear-se nos seguintes princípios:

1.º) deve ser calcado sobre um único exemplar-fonte – que a história externa do texto determinará pura e simplesmente como base;

2.º) deve ter uma indicação prévia do critério que presidiu ao seu estabelecimento, critério em que se porão de manifesto quais as regras ecdóticas que foram observadas e quais deixaram de o ser;

3.º) dispensará o aparato crítico indicador de variantes e discrepâncias, mas poderá encerrar um sucedâneo desse aparato, para o fim informativo fundamental que orientar sua publicação, com a indicação, se for a interpretação diferente do texto estabelecido, do ponto de vista conceitual e nocional. (HOUAISS, 1983, v. I, p. 274)

No caso das **Aquarelas II**, em que se pode contar com a primeira publicação em jornal, e edições póstumas, a proposta é fazer uma edição fidedigna, tomando como texto-base a primeira edição em jornal. Na edição, procuramos seguir os procedimentos recomendados pela metodologia tradicional.¹ A seguir, descrevemos, sucintamente, as etapas da nova edição.

Na primeira etapa, consultamos a bibliografia especializada na obra machadiana² e sistematizamos as informações referentes ao percurso histórico das **Aquarelas II**. As duas crônicas que compõem as **Aquarelas II** foram publicadas pela primeira vez em *O Espelho* (ESP): (n. 3, p. 1-2, 18 set. 1859) e (n. 6, p. 1-3, 9 out. 1859). Esses foram os textos-base desta edição.

Em 1871, ainda em vida do autor, a primeira das crônicas das **Aquarelas II** foi republicada no jornal *O Guarani* (ano I, n. 37, p. 3-4, 13 dez. 1871). Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, a coleção de *O Guarani* só está disponível até o n. 37 – razão pela qual não localizamos a eventual publicação da segunda crônica das “Aquarelas II”. J. Galante de Sousa não registra essas publicações nesse periódico. Neste trabalho de conclusão de curso de graduação em Letras, não colacionamos esse texto. Mas nós o examinamos e concluímos que o texto não foi revisto pelo autor para publicação.

As demais edições desses textos são póstumas e não nos interessam para o desenvolvimento deste trabalho.

1 A metodologia utilizada para apurar o texto da série “A + B”, publicada por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* entre setembro e outubro de 1886, deriva de pressupostos teóricos colhidos em obras de referência, como, por exemplo: AZEVEDO FILHO, 1987; BLECUA, 1990; CAMBRAIA, 2005; HOUAISS, 1983; SPAGGIARI & PERUGI, 2004; e SPINA, 1994. Apoiamo-nos também no modelo estabelecido, e já consagrado, por John Gledson em sua edição das crônicas de “A Semana” (1996).

2 Cf. SOUSA, 1955; SOUSA, 1969; MACHADO, 2005.

Na etapa seguinte do processo de edição, transcrevemos o texto-base. Os textos das crônicas, publicados em *O Espelho*, foram consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em seguida, registramos e corrigimos eventuais erros do texto-base.

Nessa etapa, o mais recuado que se pode chegar, no caso da série “A + B”, é à primeira publicação de cada crônica no periódico – não há testemunhos manuscritos conhecidos. A rigor, as edições posteriores poderiam ser descartadas pela *eliminatio codicum descriptorum*³, porque derivam de um modelo que ainda existe, a primeira publicação; contudo, confrontamos o texto editado com o editado por João Roberto Faria (2009). A consulta à edição de 2009 poderia, eventualmente, auxiliar-nos na identificação de erros no texto-base. Quando necessário, recorremos ao juízo crítico como meio de restituir ao texto a sua genuinidade; e, nos casos de lição de leitura duvidosa, consultamos a edição de 2009.

As normas gerais desta edição estão listadas nas “Diretrizes para autores” da revista *Machadiana Eletrônica*, que veremos no item a seguir. Para a elaboração dessas normas, foram observados os critérios propostos em vários trabalhos de edição e, particularmente, nas obras *Iniciação em Crítica Textual*, de Leodegário A. de Azevedo Filho, *Introdução à crítica textual*, de César Nardelli Cambraia, *Introdução à edótica*, de Segismundo Spina, *Elementos de bibliologia*, de Antônio Houaiss, *Fundamentos da crítica textual*, de Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi e *Manual de crítica textual* de Alberto Blecaua.

No texto fidedigno, foram preservadas a pontuação, as características morfológicas e sintáticas do texto-base, mas simplificações grafemáticas foram implementadas, como, por exemplo, atualização da ortografia e da acentuação gráfica, segundo as regras atuais.

³ *eliminatio codicum descriptorum*: em tradução literal, “eliminação de testemunhos descritos”. Um testemunho é considerado “descrito” quando deriva de um modelo ainda existente. (Cf. NARDELLI, 2005, p. 146)

II. Critérios de edição

Em linhas gerais, para editar o texto das **Aquarelas II** adotamos os critérios de edição indicados para publicação de textos de Machado de Assis que se encontram na revista *Machadiana* *Eletrônica* (Cf.: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/about/submissions>>). Quando julgamos necessário, fizemos ajustes nessas normas de edição. Vamos aos critérios que empregamos:

1. A preparação de uma edição deve ser precedida do levantamento, tão completo quanto possível, das fontes disponíveis (manuscritas e/ou impressas) do texto a ser editado. No caso das **Aquarelas II** não há manuscrito conhecido. Para o fim a que se destina esta edição – trabalho de conclusão de curso de graduação em Letras –, retornamos à fonte primária e editamos fidedignamente a primeira edição do texto, que se encontra no periódico *O Espelho* (1859). Informações sobre as fontes consultadas encontram-se em nota e nas referências bibliográficas do texto editado.

2. Uma vez feito o levantamento das fontes, procede-se à escolha do texto-base, que deverá ser declarado no aparato editorial. Eis os critérios gerais de edição:

a) As fontes devem ser designadas por abreviações (de uma a três ou quatro letras maiúsculas) que lembrem o título abreviado, eventualmente, com indicação de data (especialmente, nos casos em que há publicações com o mesmo título em diversas datas), assim: ESP (*O Espelho*).

b) A primeira nota do aparato (assinalada por asterisco junto ao título do texto editado) deve registrar, em ordem cronológica, empregando as abreviaturas, todas as fontes utilizadas nos confrontos textuais. Depois disso, deve ser declarado o texto-base. Fontes eventualmente não consultadas devem ser declaradas. Adiante deve vir o nome do(s) editor(es), precedidos da indicação “Editor”, seguida por dois-pontos (assim – Editor: João Víctor Freitas).

c) O aparato deve ser de tipo negativo. Os elementos que compõem o aparato editorial devem vir dispostos da seguinte maneira: lema, seguido por colchete de fechamento (); lições divergentes, seguidas de travessão, e, depois do travessão, das siglas dos

manuscritos e/ou das edições utilizadas (precedidas da preposição “em”), seguidas de ponto e vírgula; terminando a série por ponto final. Observações do(s) editor(es) deve(m) vir em seguida. Exemplo: lema] variante 1 – em ESP. Por “lema”, entende-se a “palavra ou conjunto de palavras do texto, que vêm reproduzidas no aparato e às quais se referem as variantes” (SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Ars Poetica, 1994. p. 147).

d) Títulos dos textos editados não devem trazer ponto-final (excetuados os casos de necessidade).

e) As divisões do texto editado em partes (ex., parágrafos) devem ser rigorosamente seguidas (quando não acontecer isso, pôr nota explicativa e justificativa para a alteração). Do mesmo modo, espcementos entre partes do texto também devem ser respeitados (quando houver alteração, deve vir justificativa no aparato).

f) Iniciais maiúsculas devem ser mantidas (casos em que isso não acontecer devem vir anotados e justificados).

g) A pontuação deve ser respeitada (casos em que houver alteração, inclusão ou supressão de pontuação devem ser anotados).

j) O revestimento gráfico das palavras (ortografia) deve ser simplificado, adequado às normas atuais – exceto quando isso implicar alterações morfológicas, sintáticas ou semânticas.

i) Destaques (ou falta deles) que constem dos textos-fonte devem ser preservados. Conforme o caso, podem ser comentados (tanto os destaques como, eventualmente, a falta deles). Exemplo: palavras incorporadas ao léxico português e que soavam como estrangeirismos no tempo do autor.

j) Na simplificação ortográfica, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

- acentuação gráfica: atualizar;
- vogais e/i e o/u postônicas: atualizar (comentar, se for o caso);
- vogais e/i e o/u pretônicas: atualizar (comentar se for o caso);
- vogais a/e pretônicas: atualizar (comentar se for o caso);
- ditongos: atualizar grafias (exceto nos casos registrados ainda no VOLP (VOCABULÁRIO Ortográfico da Língua Portuguesa) ou em dicionários, como as oscilações oi/ou em diversas palavras);
- reduções de ditongos: atualizar (comentar, se necessário);

- grafias de palavras com j/g: atualizar;
- grafias de palavras com ch/x: atualizar;
- grafias de palavras com s/z: atualizar;
- grafias de palavras com s, ss, cc, çç e ç: atualizar;
- consoantes duplicadas: simplificar (exceto ss e rr; estudar casos çç, cc);
- consoantes mudas: simplificar, exceto nos casos ainda constantes do VOLP ou de dicionários (em casos de pronúncia da época conhecida, comentar);
- sc inicial: simplificar; c medial, onde hoje se grafa sc (ou o contrário): atualizar;
- mn: simplificar (exceto se constar no VOLP e nos dicionários);
- dígrafos helenizantes (ch, ph, th, rh): atualizar;
- palavras grafadas com k, w e y: atualizar (exceto se destacadas, por ser estrangeirismo);
- emprego de h: atualizar;
- manter nos textos as abreviações nele existentes (se necessário, desdobrá-las no aparato);
- emprego do sinal de crase: atualizar (se necessário, anotar);
- união e separação de vocábulos: atualizar.

k) Essas são orientações gerais, que adaptamos a partir dos critérios indicados na revista *Machadiana Eletrônica*. O editor, ao se deparar com casos que não encontram solução aqui nessas normas, elabora critérios específicos para a edição em curso.

3. As notas deverão ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, usando-se fonte *Times New Roman*, tamanho 10, espaço simples, texto justificado.

III. Edição fidedigna das *Aquarelas II*

AQUARELAS

II

O PARASITA*

Sabem de uma certa erva que desdenha a terra para enroscar-se, identificar-se com as altas árvores? É a parasita.

Ora, a sociedade que tem mais de uma afinidade com as florestas, não podia deixar de ter em si uma porção, ainda que pequena, da parasita. Pois tem, e tão perfeita, tão igual, que nem mesmo mudou de nome.

É uma longa e curiosa família a dos parasitas sociais; e fora difícil assinalar na estreita esfera das aquarelas – uma relação sinóptica das diferentes variedades do tipo. Antes sobre a torre, agarro apenas na passagem as mais salientes e não vou mergulhar-me no fundo e em todos os recantos do oceano social.

Há, como disse, diferentes espécies de parasitas.

O mais vulgar e mais conhecido é o da mesa, mas há-os também em literatura, em política, e na igreja. É praga antiga, e raça cuja origem se prende à noite dos tempos, como diria qualquer historiador *en herbe*.⁴ Da Índia, essa avó das nações, como diz um escritor moderno,⁵ são poucas as noções a respeito; e não posso marcar aqui com precisão o desenvolvimento dessa casta curiosa no velho país. Em Roma, onde lemos como num livro, já Horácio, comia as sopas de Mecenas, e banqueteara alegremente no *triclinium*.⁶ É verdade que lhe pagava em longa poesia, mas, nesse tempo, como ainda hoje, a poesia não era ouro em pó, e este é a grande estrofe de todos os tempos.

* As *Aquarelas II. O Parasita* foram publicadas pela primeira vez em dois números do periódico *O Espelho*: revista semanal de literatura, modas, indústria e artes. A primeira parte das *Aquarelas II – O Parasita* –, que pode ser lida em ESP (n. 3, p. 1-2, 18 set. 1859), trata sobretudo do parasita à mesa; a segunda parte – *O Parasita (Continuação)* –, que pode ser lida em ESP (n. 6, p. 1-3, 9 out. 1859), trata, por sua vez, do parasita literário. Esta edição reúne as duas partes e foi preparada a partir da consulta às fontes indicadas anteriormente. Após a edição que apresentamos aqui – como trabalho de conclusão de curso de graduação em Letras –, o texto-base dessas *Aquarelas* foi confrontado com o texto de outras edições conhecidas dessa crônica da juventude de Machado de Assis; e o resultado desse trabalho foi publicado antecipadamente na revista *Machadiana Eletrônica* (Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/1085>>.) O texto editado e publicado na *Machadiana* contou com a colaboração de outros estudiosos da obra do autor em estudo e, por essa razão, seus nomes foram adicionados à lista de editores das *Aquarelas II*. A lista de abreviatura empregada nesta edição encontra-se ao final do texto editado. Editor: João Víctor Freitas.

4 *en herbe*: aprendiz.

5 Não identificamos o autor mencionado por Machado de Assis.

6 *Triclinium*: leitos dispostos em roda da mesa – costume romano. (Cf. SARAIVA, 2006, p. 1223)

Mas, tréguas à história.

Tenho aqui como alvo esboçar em traços ligeiros as formas mais proeminentes da individualidade; entremos pois no estudo – sem mais preâmbulo.

Devo começar pelo parasita da mesa, o mais vulgar? Há talvez pouco a dizer – mas esse pouco mesmo revela altamente os traços arrojados desta fisionomia social.

Debalde se procuraria conhecer as regiões mais adaptadas à economia vital deste animal perigoso. Inútil. Ele vive por toda parte em que há ambiente de porco assado.

Também é aí onde ele desenvolve melhor todas as suas faculdades; – onde se sente *à son aise*,⁷ como diria qualquer babel encadernado⁸ em paletó de inverno.

Perfeito parasita deve ser perfeito gastrônomo; mesmo quando não goze essa qualidade por vocação do berço, é um resultado da prática, pela razão de que o *uso do cachimbo faz a boca torta*.

Assim, o parasita jubilado, o bom parasita, está muito acima dos outros animais. Olfato delicado adivinha a duas léguas de distância a qualidade de um bom prato; paladar susceptível – sabe absorver com todas as regras da arte – e não educa o seu estômago como qualquer aldeão.

E como não ser assim, se ele não tem outro cuidado nesta vida? e se os limites da mesa redonda são os horizontes de suas aspirações?

É curioso vê-lo na mesa, mas não menos curioso é vê-lo nas horas que precedem às sessões gastronômicas. Entra em uma casa ou por costume ou *per accidens*,⁹ o que aqui quer dizer intenção formada com todas as circunstâncias agravantes de premeditação, e superioridade de armas. Mas suponhamos que vai a uma casa por costume.

Ei-lo que entra, riso nos lábios, chapéu na mão, o vácuo no estômago. O dono da casa a quem já fatiga aquela visita diária saúda-o constrangido e com um riso amarelo. Mas isso não é decepção; tão pouco não desarma um bravo daquela ordem. Senta-se e começa a relatar notícias do dia, entremeadas de algumas de própria lavra, e curiosas – a atrair a afeição vacilante do hóspede.¹⁰ Daqui um criado que vem dar o sinal de combate. É o alvo a que visava o alarve, e ei-lo que vai imediatamente pagar-se de uma tarefa de almanaque, tão custosamente exercida.

Se porém ele entra *per accidens* – não é menos curiosa a cena. Começa por um pretexto que deve lisonjear as pessoas da casa conforme os seus fracos. Assim, se há aí um autor dramático o pretexto é dar um parabém sobre a última peça representada dias antes. Sobre este molde tudo o mais.

⁷ *à son aise*: expressão francesa: “à vontade”.

⁸ babel encadernado: o substantivo “babel” está empregado figuradamente no sentido de “indivíduo que fala diversas línguas”.

⁹ *per accidens*: por acaso (expressão latina).

¹⁰ hóspede: dono da casa, hospedeiro. Antônio Houaiss (2001, p. 1553) registra esse sentido como obsoleto.

Se às vezes não há um pretexto sério, não trepida ainda o parasita; há sempre um de lado, como substitutivo: *saber da saúde do amigo*.

Mas, entra ele; dado o pretexto, senta-se e começa a desenrolar toda a retórica que pode inspirar um estômago vazio, um Jeremias interno.¹¹ Segue-se depois, pouco mais ou menos, a mesma cena. No fim está sempre como orla de horizonte uma mesa mais ou menos apetitosa, onde a reação se opera largamente.

Há, porém, pequenas desgraças, acidentes inesperados na vida do parasita da mesa.

Entra ele em uma casa onde espera almoçar folgado; – faz as primeiras saudações e vai corar a pílula ao seu caro hóspede. Um certo ranger de dentes; porém, começa a agitá-lo, um ranger particular que indica um estado mais calmo aos estômagos da casa.

– Então como vai? Sinto que chegasse agora, se mais cedo viesse almoçava comigo.

O parasita fica de cara à banda,¹² mas não há remédio; é necessário sair com decência e não dar a entender – o fim que o levou ali.

Estas eventualidades, estas pequenas misérias, longe de serem decepções, são como o cheiro da pólvora inimiga para os soldados, um incentivo na ação. É uma índole miserável a desse corpo leviano em que só há animalidade e estômago; mas, entretanto é necessário aceitar essas criaturas tais como são – para aceitarmos a sociedade como ela é. A sociedade não é um grupo de que uma parte devora a outra? Eterno antagonismo das condições humanas!

O parasita da mesa, uniformiza o exterior com a importância do hóspede; um cargo elevado pede uma luva de pelica, e um botim de polimento. À mesa não há ninguém mais atencioso; – e como um conviva alegre, aduba os guisados com punhados de sal mais ou menos saboroso.

É uma retribuição razoável – dar de comer ao espírito de quem lhe dá comer ao corpo.

Aqui não há desaire, há uma troca recíproca que prova que o parasita tem susceptibilidades em alto grau.

Estes traços, mais ou menos exatos, mais ou menos distintos, dão aqui uma pequena ideia do parasita da mesa; mas esta variedade do tipo é absorvida por outras de uma importância mais alta. Aqui é o parasita do corpo, os outros são os do espírito e da consciência; – aqui são os epicuristas à custa alheia, os outros são as nulidades intelectuais que se agarram à¹³ primeira tela de propriedades succulentas que lhe vai ao encontro.

11 Jeremias: profeta bíblico. A referência parece associar-se à ideia de lamentação – As “Lamentações”, na Bíblia, vêm logo em seguida às obras do profeta.

12 Ficar de cara à banda: ficar envergonhado. (NASCENTES, 1966, p. 60)

13 à] a – em ESP.

São imperceptíveis talvez estes lineamentos – e acusam a aceleração do pincel; passemos às outras variedades do tipo onde achamos formas mais amplas e proeminências mais distintas.

M-as.

II O PARASITA (Continuação)

O parasita literário tem os mesmos traços psicológicos do outro parasita, mas não deixa de ter uma afinidade latente com o fanqueiro literário. A única diferença está nos fins, de que se afastam léguas; aquele é porventura mais casto, e não tem mira no resultado pecuniário – que parece inspirar o fanqueiro. Justiça seja feita.

A imprensa é a mesa do parasita literário; senta-se a ela com toda a sem-cerimônia; come e distribui pratos com o sangue frio mais alemão deste mundo – diante da paciência pública – que vacila sobre os seus eixos. Um amigo meu define perfeitamente este curioso animal; chama-o *Vieirinha da literatura*. Vieirinha, lembro ao leitor, é aquela personagem que todos têm¹⁴ visto em um drama nosso.¹⁵

De feito, este parasita é um Vieirinha, sem tirar nem pôr; cortesão das letras cercas de cuidados, sem alcançar o menor favor das musas.

Segue-as por toda a parte, mas sem poder tocá-las. Só não sobe ao monte sagrado, porque é uma excursão difícil, e só dada a pés mais de ferro, e a vontades mais sérias. Ali, ficam eles nas fraldas, soltando uma orquestra de gemidos, até que o velho cavalo os vem despedir com uma amabilidade de pata sofrivelmente acerba.

Um couce é sempre uma resposta às suas súplicas... Represália no caso.

Eterna lei das compensações!

Entre nós o parasita literário é uma individualidade que se encontra a cada canto. É fácil verificá-lo. Pegai em um jornal; o que vedes de mais saliente? uma fila de parasitas que deitam sobre aquela mesa intelectual, um chuveiro de prosa ou verso, sem dizer – água vai!

Verificai-o!

O jornal aqui não é propriedade, nem da redação nem do público, mas do parasita. Tem também o livro, mas o jornal é mais largo, e mais fácil a contê-los.

Às vezes o parasita associa-se e cria um jornal próprio.

Aqui é que não há escapar-lhe.

14 têm] tem – em ESP. As variantes subsequentes, todas idênticas a esta, não serão anotadas. O “Epítome da gramática portuguesa”, de Antônio de Morais Silva (1813, p. XXXIX), dá “tem” como uma das formas do plural da terceira pessoa do presente do indicativo do verbo “ter”.

15 Vieirinha: personagem de *As asas de um anjo*, de José de Alencar, peça que foi representada no teatro Ginásio Dramático, com estreia em 30 de maio de 1858. (FARIA, 1987, p. 85) É um inescrupuloso, comete vilezas, vive à custa de mulheres. (ALENCAR, v. II, p. 200)

Um jornal todo entregue ao parasita, isto é, um campo vasto todo entregue ao disparate! É o rei Sancho na sua ilha!¹⁶

Ele pode parodiar o dito histórico: *l'état c'est moi!* porque as quatro ou seis páginas, na verdade, são dele, todas dele.¹⁷ Ele pode gritar ali, ninguém lho impedirá, ninguém; uma vez que não ofenda a moral pública. A polícia para onde começa o intelectual e o senso comum; não são crimes no código as ofensas a esses dois elementos de sociedade constituída.

Ora, sustentado assim pelos poderes, o parasita literário invade, como o Huno moderno, a Roma da intelectualidade, com a decência moral nos lábios, mas sem a decência intelectual.

Tem pois o jornal, próprio ou não próprio, onde pode sacudir-se a gosto, garantido pelas leis. Se desdenha o jornal tem ainda o livro.

O livro!

Tem ainda o livro, sim. Meia dúzia de folhas de papel dobradas, encadernadas, e numeradas é um livro; todos têm direito a esta operação simples, e o parasita por conseguinte.

Abrir esse livro e compulsá-lo, é que é heroico e digno de pasmo. – O que há por ali, santo Deus! Se é um volume de versos – temos nada menos que uma coleção de *pensamentos* e de notas arranhadas laboriosamente em harpas selvagens como um tamoio.¹⁸ Se é prosa – temos um apontado de frases descabeladas que se prendem entre si, segundo a opinião do autor. É muitas vezes um drama, um romance misterioso, de que o leitor não entende pitada. Se eu quisesse ferir individualidades, tocar em susceptibilidades, desenrolaria aqui um sudário dessas invasões na literatura; mas o meu fim é o indivíduo, e não um indivíduo.

O parasita literário vai ainda aos teatros. Esta invenção de recitar nos teatros, tirada da antiguidade grega, que levantava um bardo em um festim, como nos mostra a Odisseia,¹⁹ abriu um precedente, e deu azo ao abuso. A autoridade que é ainda a polícia, não indaga do mérito da obra, e quer apenas saber se há alguma cousa que fira a moral. Se não, pode invadir a paciência pública.

16 João Roberto Faria (2009, p. 50, nota 2) localiza a passagem referida por Machado de Assis no trecho em que “um duque e uma duquesa, por brincadeira, entregam o governo da ilha Baratária a Sancho Pança”. Ele toma posse da sua ilha no capítulo XLV da segunda parte do *D. Quixote de la Mancha*.

17 “*L'état c'est moi!*” – frase atribuída a Luís XIV (1638-1715), rei de França, nos tempos do absolutismo. Quanto aos periódicos, no século XIX, geralmente eles, tinham 4 ou 6 páginas.

18 “como um tamoio” – não há antecedente, no período, para esta comparação (que está apenas subentendida).

19 Odisseia: referência ao canto VIII da *Odisseia*, em que o aedo Demódoco recita um episódio da Guerra de Troia no meio da sala do banquete oferecido a Ulisses pelos feácios. (HOMERO, 2011, p. 237-239, versos 44-95)

Todos os leitores estão de posse deste traço do parasita literário. As salas dos nossos teatros têm repercutido imensas vezes com esses arranhamentos de lira. Basta bater palmas de um camarote e ter alguns exemplares para distribuição; a plateia deve receber aquele aguaceiro intelectual.²⁰

O parasita está debaixo do código.

Ora, o que admira no meio de tudo isto, é que sendo o parasita literário o vampiro da paciência humana, e o primeiro inimigo nacional, acha leitores, o que digo? adeptos, simpatias, aplausos!

Há quem lhes faça crer que alguma cousa lhes rumina pela cabeça como a André Chénier;²¹ eles, a quem já não faltava vontade de crer, aceitam como princípio evidente, essa solução do impossível, que a parvoíce lhe dá de boa vontade.

Que gente!

Os traços fisiológicos do parasita são especiais e característicos. Não podendo imitar os grandes homens pelo talento, copiam²² na postura e nas maneiras o que acham pelas gravuras e fotografias. Assumem a certo ar pedantesco, tomam um timbre dogmático nas palavras; e ao contrário do fanqueiro que tem a espinha dorsal mole e flexível – ele não se curva nem se torce; a vaidade é o seu espartilho.

Mas por compensação, há a modéstia nas palavras ou certo abatimento, que faz lembrar esse *ninguém elogiado* da comédia.²³ Mas ainda assim vem a afectação; o parasita é o primeiro que está cômico de que é alguma cousa, apesar da sinceridade com que procura pôr-se abaixo de zero.

Pobre gente!

Podiam ser homens de bem, fazerem alguma cousa para a sociedade, honrar²⁴ a massa nacional, contendo-se na sua esfera própria; mas nada, saem uma noite da sua nulidade e vão por aí matando a ferro frio...

É que tem o evangelho diante dos olhos...

Bem-aventurados os pobres de espírito.

20 Era comum no século XIX, entre jovens poetas, o hábito de recitar. Ubiratan Machado (2001, p. 104) afirma: “Para os recitativos, qualquer lugar e hora eram propícios.”

21 João Roberto Faria (2009, p. 50, nota 4), vê possível associação entre esta passagem e as últimas palavras do poeta, que foi guilhotinado durante a Revolução Francesa: “Apontando para a cabeça, que ia ser cortada, teria dito: ‘Pourtant, j’avais quelque chose là’. Em português: ‘No entanto, eu tinha algo nela’.” Machado de Assis traduziu-lhe um poema escrito na prisão – “A jovem cativa” –, que publicou em *Crisálidas* (1864).

22 Note-se que o autor passa ao plural, fazendo a concordância com “os parasitas” – que não constam (no plural) no período anterior. Dirige, assim, o pensamento do leitor para os casos particulares da espécie – “o parasita”. Ao final do parágrafo, ele retoma a ideia geral, a espécie.

23 João Roberto Faria (2009, p. 50, nota 5) sugere que a referência seja ao personagem “Ninguém”, que contracenava com “Todo o Mundo”, no *Auto da Lusitânia*, de Gil Vicente. Nesta comédia, “Ninguém” representa os valores morais elevados, em oposição aos de “Todo o Mundo”.

24 “Podiam ser... fazerem... honrar”: observe-se o anacoluto (quebra na sintaxe), no tocante ao infinitivo flexionado.

O parasita ramifica-se e enrosca-se ainda por todas as vértebras da sociedade. Entra na igreja, na política e na diplomacia; há laivos dele por toda a parte.

Na igreja sob o pretexto do dogma, estabelece a especulação contra a piedade dos incautos, e das turbas. Transforma o altar em balcão e a âmbula em balança. Regala-se à custa de crenças e superstições, de dogmas ou preconceitos, e lá vai passando uma vida de rosas.

A história é uma larga tela dessas torpezas cometidas à sombra do culto.

O parasita da igreja toda a idade média o viu, transformado em papa vendeu as absolvições, mercadejou as concessões, lavrou as bulas. Mediante o ouro aplanou as dificuldades do matrimônio quando existiam; depois, levantou a abstinência alimentar, quando o crente lhe dava em troca uma bolsa.

É um desmoroamento social. O parasita teve uma famosa ideia em embrenhar-se pela igreja. A dignidade sacerdotal é uma capa magnífica para a estupidez que toma o altar como um canal de absorver ouro e regalias.

Assim colocado no centro da sociedade, desmoraliza a igreja, polui a fé, rasga as crenças do povo. Entra, todos o consentem, no centro das famílias, sem haver sacudido o pó das torpezas que lhe nodoa as sandálias. Dominou moralmente as massas, os espíritos fracos, as consciências virgens.

Esta transformação do parasita não tende por ora a desaparecer; a fogueira de J. Huss,²⁵ não queimou só o grande apóstolo, devorou também o vestíbulo desse edifício de misérias levantado por uma turba de parasitas, parasitas da fé, da moralidade e do futuro.

A nós o derrocar a cúpula.

Em política, galga, não sei como, as escadas do poder, tomando uma opinião ao grado das circunstâncias, deixando-a ao paladar das situações, como uma verdadeira maromba de arlequim. Entra no parlamento com a frente levantada, votado pela fraude, e escolhido pelo escândalo.

Exíquo de luz intelectual, – toma lá o seu assento, e trata de palpar para apoiar, as maiorias. Não pensa mal! quem a boa árvore se encosta...

Alguns sobem assim; e todos os povos têm sentido mais ou menos o peso do domínio desses boêmios de ontem.

Deixá-los subir às mesas supremas do festim público. Mas tenham cuidado na solidez das cadeiras em que se sentarem.

Na diplomacia, é mais fácil o ingresso ao parasita. Encarta-se aí em qualquer legação ou embaixada, e vai saltitar em Paris ou em Viena. Lá representam tristemente a pátria que os viu nascer, na massa colectiva da embaixada ou da legação. O que faz de

25 Jan Huss (Husinec, Boêmia, 1379?-Constança, 1415): religioso, pensador e reformador tcheco, foi executado na fogueira, acusado de heresia.

melhor, esse *parvenu* sem gosto, é brilhar na arte das roupas como corifeu da moda que é. Já é muito.

Podia, se não temesse fatigar, fazer uma enumeração mais longa das famílias de parasitas que irradiam destas espécies cardeais. Seria, entretanto, uma longa história que demandaria mais largo espaço; e não caberia nestas ligeiras aquarelas.

O parasita é tão antigo, creio eu, como o mundo, ou pelo menos quase.

Em economia política é um elemento para estacionar o enriquecimento social; consumidor que não produz, e que faz exatamente a mesma figura que um zangão na república das abelhas.

Extinguir o parasita não é uma operação de dias, mas um trabalho de séculos. Os meios não os darei eu aqui. Reproduzo, não moralizo.

M-as.

Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

ESP – *O Espelho*.

Referências

- ALENCAR, José de. Teatro completo. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1977. 2v.
- ASSIS, Machado de. Aquarelas II. O parasita. *O Espelho*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-2, 18 set. 1859. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/700037/per700037_1859_00003.pdf>.
- ASSIS, Machado de. Aquarelas II. O parasita (continuação). *O Espelho*, Rio de Janeiro, n. 6, p.1-3, 9 out. 1859. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/700037/per700037_1859_00006.pdf>.
- ASSIS, Machado de. Aquarelas II. O parasita. *O Guarany*, Rio de Janeiro, ano I, n. 37, p. 3-4, 13 dez. 1871. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=748390&pagfis=291>>.
- ASSIS, Machado de. *Crônicas, crítica, poesia, teatro*. Organização, introdução, revisão de texto e notas de Massaud Moisés. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1967.
- ASSIS, Machado de. *O Espelho: revista semanal de literatura, modas, indústria e artes*. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.
- ASSIS, Machado de. *O Espelho*. Organização, introdução e notas: João Roberto Faria. Campinas: Unicamp, 2009.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. LEITE, Aloizio; CECILIO, Ana Lima; JAHN, Heloisa (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. 4 v.
- AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro. *Machado de Assis: crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Unesp, 2013.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/edicao/1>>.
- CERVANTES, Miguel de. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Tradução dos viscondes de Castilho e Azevedo. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.
- FARIA, João Roberto. *José de Alencar e o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- HOMERO. *Odisseia*. Tradução e prefácio de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. São Paulo: HUCITEC, 1983. 2v.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. MOISÉS, Massaud. Ver ASSIS, 1967.

- MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- NASCENTES, Antenor. *Tesouro da fraseologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 12. ed. Belo Horizonte: Garnier, 2006.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Epítome da gramática da língua portuguesa*. In: Dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Lacerdina, 1813. t. I, p. I-XLVIII. [Edição fac-similar de 1922]
- VOCABULÁRIO onomástico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.
- VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Academia Brasileira de Letras / Global, 2009.